

Renamo deteve um deputado e 16 polícias por exercício ilegal de caça em Salamanga

Séc. Ib. 5-7-1993

A Renamo decidiu não libertar os 19 cidadãos detidos na sua base de Salamanga para produzir acusação legal devidamente fundamentada contra os mesmos, disse em Maputo o secretário-geral do movimento, Vicente Zacarias Ululu.

«Especialistas do nosso Estado Maior General, chamados a Salamanga para averiguar a ocorrência, concluíram que os detidos estavam de posse de munições militares proibidas pela legislação nacional e internacional», justificou Ululu.

O dirigente da oposição foi incapaz de referir o tipo exacto de «munições proibidas», sob alegação da sua inexperiência em assuntos militares.

Segundo o secretário-

geral da Renamo, pelo menos cinco pessoas já morreram na região de Matutuine vítimas de balas perdidas disparadas por caçadores furtivos, o que levou o movimento de Afonso Dhlakama a tomar medidas para tentar pôr cobro à situação.

«A mudança de calendários não significa que estes presos não venham a ser libertados, mas ainda não está decidida data para tal pela direcção do nosso movimento», afirmou Vicente Zacarias Ululu em Maputo.

A Renamo surpreendeu sexta-feira as Nações Unidas e o Governo moçambicano ao recusar, à última da hora, a anunciada libertação de 19 prisioneiros que mantém sob cativeiro na sua base de Salamanga, na Província de Maputo,

entre os quais o deputado nacional Aurélio Manhiça.

Segundo uma fonte da Onumoz, os representantes das Nações Unidas que estiveram naquele dia na base de Salamanga regressaram «indignados e desiludidos» e classificaram a decisão da direcção da Renamo como «irresponsável».

Uma comissão tripartida composta por representantes da Onumoz, Governo e Renamo deslocou-se sexta-feira de manhã à base de Salamanga para proceder à recepção dos detidos, mas contra todas as expectativas os responsáveis do quartel recusaram entregar os presos alegando «decisão de última hora».

Além de funcionários das Nações Unidas, esta comissão integrou o major-general Hermínio Morais,

chefe da delegação da Renamo na Comissão de Cessar-Fogo, e o tenente-coronel Amândio Chonho, do Governo.

A Comissão de Cessar-Fogo deveria ter-se reunido naquele dia à tarde em Maputo para analisar a alegação do Governo sobre a «prisão ilegal» dos referidos cidadãos pela Renamo, mas a reunião foi adiada para hoje por ausência do chefe da representação do movimento de Dhlakama, major-general Hermínio Morais.

Na referida base da Renamo estão detidos, além do deputado nacional Aurélio Manhiça, o clérigo presbiteriano Luís Mondlane e um empresário de Maputo, Ascêncio Manhiça, e ainda 16 polícias governamentais.